









... continuação		ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. - CNPJ/MF nº 60.884.855/0001-54 - NIRE 35.300.020.821	
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>			
<b>Porque é um PAA</b>		<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>	
<b>Reconhecimento da receita - Controladora e Consolidado - (Nota 24)</b>			
<p>As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados, deduzidas de eventuais glosas, que são procedimentos médicos efetuados, mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde. A Companhia e suas controladas utilizam o método do valor esperado para estimar a receita, devido ao grande número de planos e operadoras de saúde, além de bases estatísticas de percentuais históricos de glosas, com o objetivo de mensurar e reconhecer correspondentes perdas. Devido à relevância das receitas de prestação de serviços, bem como dos julgamentos significativos exercidos pela administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração das perdas estimadas com glosas, mantivemos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>		<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do processo e das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar) • Revisão da reconciliação dos relatórios de faturamento com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Em base amostral, efetuamos a inspeção dos espelhos de atendimento contendo o aceite do cliente, assim como os aceites dos planos e operadoras de saúde. Adicionalmente, efetuamos em base amostral, a inspeção das liquidações financeiras, faturas e relatórios médicos, com objetivo de obter evidências sobre a existência da receita de serviços faturados e a faturar, principalmente no fim do exercício, avaliando o momento apropriado do reconhecimento da receita, bem como dos respectivos montantes. • Análise e testes sobre as premissas estabelecidas pela administração relacionadas às glosas dos planos e operadoras de saúde, bem como dos critérios para mensuração das perdas estimadas com essas glosas, além de reconciliação das correspondentes provisões para perdas. • Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como base nos procedimentos descritos, o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, incluindo as glosas, e as divulgações correlatas são razoáveis e consistentes por essas informações obtidas.</p>	
<p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>			
<b>Sistema de geração de informações financeiras</b>		<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>	
<p>As operações da Companhia e suas controladas são impactadas pelo elevado número de transações, dispersão geográfica e pelas particularidades de suas unidades de negócio adquiridas ao longo do tempo. A estrutura do sistema de geração de informações financeiras é complexo, incluindo controles gerais de tecnologia da informação e controles internos sobre processos de negócios, que podem ser manuais ou automatizados, e também dependentes dos sistemas de gestão integrados. Esta foi uma área de foco em nossa auditoria, em função da relevância e volume de transações processadas nos diferentes sistemas informatizados, que podem eventualmente resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>		<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) Atualizamos nosso entendimento dos sistemas e da efetividade dos principais controles gerais de tecnologia da informação e controles internos sobre processos de negócios, utilizados para a geração de informações financeiras, para determinar a natureza, extensão e época da realização dos nossos procedimentos de auditoria. (b) Utilizamos especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento relacionado aos ambientes dos sistemas automatizados de informação, assim como em relação aos controles manuais dependentes dos sistemas automatizados. (c) Executamos testes substantivos em relação à integridade e exatidão dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. (d) Para os aspectos observados em relação aos processos gerais de tecnologia da informação, avaliamos o impacto na natureza, época e extensão em nossos procedimentos substantivos para obtermos evidências apropriadas e suficientes. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	
<b>Teste para verificação de redução ao valor recuperável de ativos - impairment - (Nota 13.2)</b>		<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>	
<p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis, que incluem agio na aquisição de empresas, cujo valor recuperável é testado anualmente conforme requerido pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos". A avaliação de recuperabilidade é realizada por segmento e Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam, cujo valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve premissas para elaboração das projeções desses fluxos de caixa, incluindo a taxa de crescimento do negócio e a taxa de desconto utilizada para descontar os fluxos projetados. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que podem resultar em ajuste material nos saldos contábeis, mantivemos essa como uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>		<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Análise da definição de unidade geradora de caixa (UGC) e a consistência dessa avaliação do modelo de gestão da Companhia e suas controladas. • Entendimento do processo de preparação e revisão dos estudos técnicos e análises do valor recuperável, incluindo a confirmação da aprovação do orçamento. • Com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, efetuamos a análise das premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas, especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e os respectivos custos médios ponderados de capital ("taxa de desconto") e investimentos necessários para manutenção da capacidade operacional, bem como comparação de premissas utilizadas com dados de mercado, quando disponíveis. • Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia e de suas controladas para determinação do valor recuperável desses ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências obtidas.</p>	
<b>Provisões para riscos cíveis, fiscais, previdenciárias e trabalhistas (Nota 21)</b>		<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>	
<p>A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, especialmente aqueles de natureza cível, fiscal, previdenciária, e trabalhista, que são relativos a divergências na interpretação das normas e legislações. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo decurso de tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A administração da Companhia e suas controladas, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses processos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, e divulga aqueles considerados como de perda possível. Considerando a relevância dos valores, as incertezas envolvidas para a determinação e constituição das respectivas provisões, bem como efetuar as divulgações requeridas, mantivemos essa área como foco de nossa auditoria.</p>		<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles estabelecidos para identificar, mensurar, registrar e divulgar as provisões e as contingências. Obtivemos, dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas, a confirmação dos valores e os respectivos prognósticos de perdas. Com o apoio de nossos especialistas da área tributária, efetuamos o entendimento dos objetos dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões alcançadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição das provisões, bem como para as divulgações efetuadas nas notas explicativas, estão consistentes com os dados e informações obtidas.</p>	
<p><b>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.</b> CRC 2SP/00016/O-5</p>		<p>São Paulo, 25 de março de 2026</p> <p><b>Carlos Eduardo Guarani Mendonça</b> Contador - CRC 1SP198994/O-2</p>	

